

Processo nº 4.446/2022 – 1DOC

Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Recorrente: MBM TECNOLOGIA E INDUSTRIA DE INFORMATICA LTDA.

Recorrida: CYBERCOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.

ANÁLISE TÉCNICA – ITEM 02 (ESTAÇÃO DE TRABALHO DESKTOP)

No dia 02 de outubro de 2023, recebemos ofício da Pregoeira deste Município, Sra. Mara Mirelle Soares de Oliveira Valeriano, solicitando a análise de recurso impetrado pela empresa MBM TECNOLOGIA E INDUSTRIA DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 13.977.867/0001-43, contra a decisão de classificar a proposta da empresa CYBERCOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 16.542.617/0001-79, no Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca. Por se tratar de questões técnicas relacionadas à especificação do item 02 (Estação de Trabalho Desktop), passemos a análise dos fatos:

1. DO RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA MBM TECNOLOGIA E INDUSTRIA DE INFORMATICA LTDA

Em síntese, no que diz respeito às questões técnicas, a empresa MBM TECNOLOGIA E INDUSTRIA DE INFORMATICA LTDA alega que a obrigação de comprovar a compatibilidade dos dispositivos de hardware com os sistemas operacionais Windows e Linux é aplicável a todos os licitantes, independente se forem fabricantes dos equipamentos ou não.

Argumenta que uma autodeclaração não é uma evidência objetiva de compatibilidade, abrindo margem para ambiguidades e desvios do requisito editalício.

Pontua que os fabricantes de computadores não tem autoridade para falar pela Microsoft ou pelos desenvolvedores do Linux, que são os responsáveis pelos sistemas operacionais em questão.

Expõe que são necessárias evidências concretas da compatibilidade dos dispositivos de hardware com os sistemas operacionais especificados, garantindo a integridade do processo licitatório.

Entende que a autodeclaração apresentada pela empresa CYBERCOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA não se encontra respaldada por fundamentação técnica ou autoridade legal, conforme transcrito a seguir:

É imperativo ressaltar que a autodeclaração apresentada pela empresa CYBERCOM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA, na qual afirmam que seus equipamentos são "totalmente compatíveis

com Sistema Operacional Windows e com Sistema Operacional Linux", não se encontra respaldada por fundamentação técnica ou autoridade legal que a valide de maneira objetiva e imparcial. A falta de uma certificação formal, emitida pelos fabricantes dos sistemas operacionais em questão, tais como a Microsoft e os desenvolvedores do Linux, levanta dúvidas substanciais quanto à validade e confiabilidade dessa autodeclaração. Deve-se considerar que apenas o fabricante do software ou um representante legal por eles designado detém a competência e autoridade necessárias para emitir tais certificações de compatibilidade, com base em testes e verificações técnicas criteriosas. A ausência dessa validação objetiva coloca em risco a integridade do processo licitatório e abre margem para interpretações subjetivas e potenciais vantagens competitivas indevidas. Portanto, sustentamos que a decisão de aceitar a autodeclaração como prova de compatibilidade é contraproducente e carece de fundamentação sólida e legal.

Por fim, requer a total procedência do recurso, para que seja determinada a sua classificação e a retomada do certame.

2. DAS CONTRARRAZÕES APRESENTADAS PELA EMPRESA CYBERCOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA

Em síntese, a empresa CYBERCOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA menciona que o edital estabelece que o licitante se responsabiliza pelas declarações e informações prestadas, presumindo-se verdadeiras, sem qualquer falseamento da verdade.

Defende que cumpriu com exatidão as previsões do edital e solicitações da Pregoeira, fornecendo todas as informações necessárias aos termos do edital, garantindo ainda que os computadores atenderão aos fins pretendidos.

Ao final, requer que seja negado total provimento ao recurso, mantendo-se e adjudicando-se a ora Recorrida como vencedora do certame.

3. DO MÉRITO

A compatibilidade dos computadores com os sistemas operacionais Windows e Linux é prevista na especificação do item, estabelecendo que: "Todos os dispositivos de hardware, deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Linux, Windows".

Apesar dessa exigência, o Termo de Referência não estabeleceu como deveria ser comprovada essa compatibilidade, gerando vários questionamentos antes, durante e depois da sessão pública do pregão em comento.

A resposta ao pedido de esclarecimento nº 06 tratou sobre o assunto, informando que a comprovação de compatibilidade dos equipamentos ofertados, por meio de links oficiais, seria aceita por este departamento avaliador como critério de aceite. Como se pode notar, a resposta diz que essa forma de comprovação seria aceita, mas em nenhum momento falou-se que seria a única forma de comprovação.

Além disso, como é de conhecimento amplo, o Linux é um sistema operacional de código aberto, que pode ser livremente modificado e distribuído, o que, a princípio, inviabilizaria uma

certificação emitida pelo fabricante do software, diante do grande número de distribuidores do referido sistema.

Por tudo isso, sem uma definição em Edital de qual distribuição seria considerada, a comprovação de compatibilidade do Linux com os equipamentos ofertados por meio de links oficiais restaria prejudicada, haja vista o grande número de distribuições Linux existente, abrindo margem para se questionar qual das distribuições seria a oficial.

Foi por essa ausência de critério da forma de comprovação de compatibilidade entre os dispositivos de hardware e os sistemas operacionais Windows e Linux que alguns licitantes interpretaram as disposições editalícias a sua maneira, surgindo diversas vertentes sobre o modo correto de comprovar a compatibilidade em comento, motivando a apresentação do presente recurso e de mais 02 (dois).

Não se pode perder de vista que o edital é a lei interna da licitação, vinculando aos seus termos, tanto os licitantes, quanto a Administração Pública responsável pela expedição do mesmo. Essa vinculação é princípio básico de toda licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

Ocorre que aos nos depararmos com 03 (três) recursos tratando praticamente sobre o mesmo tema, chegamos ao entendimento, salvo melhor juízo, que a ausência de critério objetivo no Termo de Referência, da forma de comprovação de compatibilidade entre os equipamentos ofertados e os sistemas operacionais Windows e Linux, prejudicou o julgamento objetivo das propostas.

Sob essa evidência, faz-se necessário que o Termo de Referência estabeleça de forma clara os meios de comprovação dessa compatibilidade, visando assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e possibilitando o julgamento objetivo das propostas.

Mediante o ora exposto, necessário destacar que a Administração Pública tem o dever-poder de rever seus atos, quando estes se apresentarem, respectivamente, ilegais ou contrários à conveniência ou à oportunidade administrativa, devendo estar aliada ao atendimento do interesse público e revestidos dos princípios da impessoalidade, moralidade e probidade administrativa, dentre outros que, obrigatoriamente, deverão ser cumpridos por seus agentes públicos.

A Administração pública cabe, em decorrência das circunstâncias e peculiaridades do interesse público, avaliar criteriosamente e posicionar-se, de forma isonômica, e com ou sem provocação, pode revogar ou anular o ato administrativo, sem que isso constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder.

Assim assentou o STF no enunciado da Súmula 473:

Administração Pública - Anulação ou Revogação dos Seus Próprios Atos: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

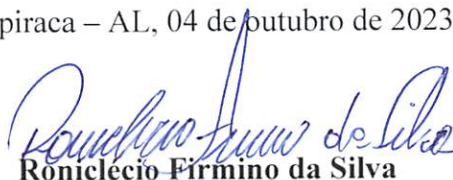
Portanto, revendo seus próprios atos, revogando-se ou anulando-se esses atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornam lesivos aos interesses da Administração Municipal, se resguarda o interesse público.

Afinal, esse poder de rever seus atos é de fundamental importância para a licitude e transparência desses atos. Ademais, além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz do interesse público.

4. DA CONCLUSÃO

Em face do explanado, considerando a falta de critério objetivo estabelecido em Edital para se determinar a forma correta para se comprovar a compatibilidade dos dispositivos de hardware ofertados com os sistemas operacionais Windows e Linux, sugerimos, salvo melhor juízo, a REVOGAÇÃO do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2023 – Republicado, Processo Administrativo nº 4.446/2022 – 1DOC, que tem por objeto o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de computadores, com o intuito de suprir as necessidades e garantir a eficácia e agilidade dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal de Arapiraca.

Arapiraca – AL, 04 de outubro de 2023.



Róniclecio Firmino da Silva
Coordenador de Tecnologia da Informação